

Editorial

A *Revista Jurídica Juris Rationis*, contributo para a pesquisa científica nacional e internacional realizada no âmbito do Programa de Direito, lança sua sexta edição.

É com muita alegria que reafirmamos o progresso acadêmico da Revista, através da submissão de vários trabalhos. Agradecemos, desde já, a participação, a colaboração e a dedicação de todos, bem como lembramos as edições anteriores e seus sucessos.

Recebemos vários artigos de excelência, os quais elevam o padrão da nossa Revista, e é com muita satisfação que os apresentamos:

No *Espaço Juris Rationis*, o primeiro artigo - O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA CONTRIBUIÇÃO NAS QUESTÕES MATERIAIS E PROCESSUAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRO, de Claudia Vechi Torres - destaca que a defesa dos Direitos Humanos é uma preocupação internacional, que transcende a soberania estatal e exige mudança nos sistemas jurídicos internos dos Estados, enfatizando o direito de família.

O segundo artigo - O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E O PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, de Ursula Bezerra e Silva Lira - tem como objeto de estudo a análise da compatibilidade do poder regulamentar concedido às agências reguladoras nacionais com o princípio constitucional da legalidade administrativa, propondo uma revisão de conceitos e limites da atuação estatal.

O terceiro artigo - A SUBMISSÃO DOS ATOS DISCRICIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AO CONTROLE DO PODER JUDICIÁRIO, COMO FORMA DE PROTEÇÃO DA ORDEM CONSTITUCIONAL, de Jardiel Oliveira Silva - tem por objeto de estudo o controle jurisdicional dos atos discricionários da Administração Pública, analisado à luz da doutrina, com a finalidade de se identificar de que forma e com que alcance o controle da atividade administrativa não vinculada é exercido pelo poder Judiciário brasileiro.

Destacamos o quarto artigo - A TRANSFERÊNCIA DA ANÁLISE DA TEORIA DA ASSERÇÃO PARA O ADVOGADO, de Nedson Ferreira Alves Júnior -, que aduz que o Estatuto da Advocacia e o Código de Ética da OAB impõem ao advogado orientar o patrocinado a não ingressar com lides temerárias ou aventuras jurídicas. Com isso, evitar-se-á a utilização desnecessária, se o interessado cumprir com as condições da ação, as quais são verificadas pela teoria da asserção.

O quinto artigo - A MITIGAÇÃO DA AUTONOMIA

PRIVADA COMO CONSEQUÊNCIA DA INTERVENÇÃO ESTATAL NAS RELAÇÕES PRIVADAS ATRAVÉS DO PROCESSO FALIMENTAR E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESA, de Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva - é uma pesquisa que visa a demonstrar que, no Brasil, fruto do estado liberal, verifica-se a constitucionalização do estado mínimo, com a menor ingerência possível do estado nas relações mercantis privadas, como exemplo, o processo falimentar e recuperação de empresa.

O sexto artigo - O ABUSO DE DIREITO A PARTIR DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS PROTETIVAS DO TRABALHADOR, de Maria Cláudia de Brito Alves Feld - trata da violação dos direitos trabalhistas e suas consequências jurídicas, principalmente, da tentativa de descaracterizar o vínculo de emprego.

O sétimo artigo - EXAME DO BAFÔMETRO: A CONSTITUCIONALIDADE DE SUA OBRIGATORIEDADE PARA AFERIÇÃO DA EMBRIAGUEZ AO VOLANTE, de Victor Manoel de Oliveira Nune - retrata a relevância do exame do bafômetro e as implicações da sua obrigatoriedade no ordenamento jurídico, haja vista que isto envolve a vida e a segurança pública e, por consequência, a dignidade da pessoa humana e restrições aos direitos e garantias fundamentais. Este estudo tem sua importância justificada, na medida em que almeja dar visibilidade a tão grave, discutível e atual problemática vivenciada no direito.

O oitavo artigo - FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS: O NOVO PANORAMA JURÍDICO DAS UNIÕES ENTRE IGUAIS, de Maria Fernanda Targino - tem por escopo analisar a situação atual da união entre pessoas do mesmo sexo no Direito brasileiro, dando ênfase especial à recente decisão do Supremo Tribunal Federal, no julgamento, por conexão, da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277, que declarou o status de entidade familiar de tal relação, equiparando-a à união estável.

E, por último, no *Espaço Verbum*, espaço dedicado aos acadêmicos, temos o nono artigo - A LINGUA DOS ANJOS: UM ESTUDO SOBRE A CRIANÇA EM FACE DA LEI E DA PSICANÁLISE EM MARGEM A REDUÇÃO DA MAIOR IDADE PENAL, de Fabricio Madeira Cardoso -. Trata-se da avaliação da adoção da maior idade penal no Brasil. Um estudo avaliativo da criança, do adolescente e de seu desenvolvimento em face da lei e da psicanálise, para a averiguação do acolhimento da redução no regimento legal. Pontos pertinentes são avaliados,

como as falhas do ECA para a reintegração do adolescente à sociedade em vários artigos que se encontram vigentes; medidas preventivas que possam ser pensadas para evitar a entrada desse jovem nas esferas criminais; o desfecho legal para a redução da maior idade penal; e a opinião popular sobre a temática, de várias épocas diferentes, para entender a mudança do pensamento do brasileiro.

Nesse sentido, reforçamos a importância e a necessidade de incentivo aos estudantes iniciantes. O *Espaço Verbum* é destinado aos alunos que estão iniciando suas pesquisas no espaço acadêmico. É uma oportunidade de incentivá-los a buscar a pesquisa como meio de desenvolvimento acadêmico.

Quanto aos artigos dos profissionais do direito, reiteramos a importância da Revista para fins de divulgação dos estudos avançados em matéria de direito.

Acreditamos na propagação do conhecimento por este mecanismo tão abrangente, possibilitando a integração entre as mais diversas áreas do direito.

Agradecemos a todos os autores que enviaram seus trabalhos para a Revista, bem como aos membros do Conselho Científico, pela preciosa colaboração na avaliação dos textos.

Excelente leitura!

Grazielly dos Anjos Fontes | Editora